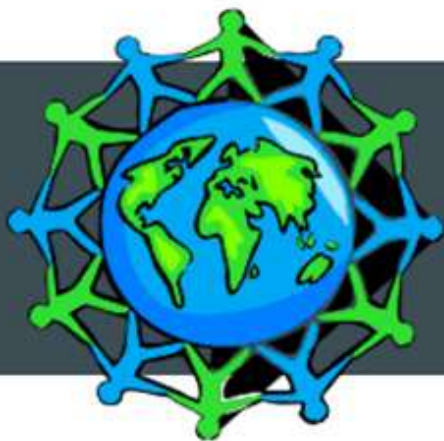




Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 7 | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA CIDADÃ: uma análise sobre as (des)inclusão da população pobre e periférica de Teresina no programa Vila Bairro Segurança e seus projetos Teresina Protege e Blitz Sufoco

Ana Luiza Amorim Nascimento¹

RESUMO

A problemática da segurança pública no Brasil apresenta-se com destaque desde o lançamento do Plano Nacional de segurança Pública, nos anos 2000. A partir de observações em escala internacional relacionada às questões de segurança e o incentivo a práticas de segurança cidadã, - tema que ganhou importância no processo de transição a democracia, na América Latina-, foi analisado intrinsecamente o conceito de segurança cidadã, juntamente com a ideia de policiamento comunitário, a partir da análise do Programa de Segurança presente na zona norte de Teresina, capital do estado do Piauí. Dessa forma, nos deteremos neste artigo em investigar e problematizar a exclusão da população pobre que compõem a região a qual são desenvolvidas as ações do Programa Vila Bairro Segurança, presente em 13 bairros da zona Norte de Teresina. Com destaque para a problematização da falta de reformulação do policiamento da região, para poder se enquadrar legitimamente como um policiamento Comunitário.

Palavras-Chaves: Polícia Comunitário. Segurança Cidadã. Participação Popular.

ABSTRACT

The problem of public security in Brazil has been highlighted since the launch of the National Public Security Plan in 2000 years. From observations on an international scale related to security issues and the encouragement of citizen security practices, - subject that has gained importance in the transition process to democracy, in Latin America -, the concept of citizen safety was intrinsically analysed, together with the idea of community policing, from the analysis of the

¹ Graduanda de licenciatura em Ciências Sociais- UFPI. analuizaamorim@gmail.com

Security Programme present in the northern area of Teresina, capital of the state of Piauí. In this way, we will focus in this article on investigating and problematizing the exclusion of the poor population that make up the region where the actions of the Vila Bairro Segurança Program are developed, present in 13 neighborhoods in the North Zone of Teresina. Emphasis is placed on the problem of the lack of reformulation of policing in the region so that it can legitimately be framed as community policing.

Keywords: Community Police. Citizen Security. Popular Participation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo investigar a partir do que é proposto pelo programa Vila Bairro Segurança, em dois de seus projetos, sendo estes o “Teresina Protege” e o “Vila bairro segurança”, a noção equivocada de polícia comunitária proposta pelos projetos, a partir da observação da seletividade encontrada em abordagens feitas pelos agentes de segurança em pessoas pobres e periféricas na região. Além disso, será investigado o equívoco dos projetos serem construídos sobre a ideia de segurança cidadã, enquanto continuam seguindo com políticas de segurança que pouco abrem espaço para a participação popular.

O artigo em questão usará como metodologia, análise de documentos oficiais, jornais e artigos acadêmicos, além de site de notícias virtuais e oficiais.

2 PROGRAMA DE SEGURANÇA INTEGRADA DE TERESINA

No Brasil, a segurança cidadã juntamente com às políticas municipais de segurança cidadã, ganharam destaque crescente na América Latina desde os processos que ocorreram com a transição do autoritarismo para a democracia, (Mesquita, 2006). O Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, foi criado no governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e entrou em vigor nos anos 2000, tendo como um de seus objetivos “desenvolver cooperações entre policiais, apoiando suas qualificações e investindo na criação de penas alternativas ao encarceramento, feitas por meio da secretaria de segurança pública (Senasp)”. A partir desse plano, questões relacionadas à segurança pública e às políticas municipais de segurança, ganharam visibilidade em discussões e debates políticos nacionais. Além disso, como é

colocado por Paulo de Mesquita Neto, organizações nacionais e internacionais - agências da Organização das nações Unidas, Banco Mundial, agências de cooperação internacional entre outros- enfatizaram e promoveram políticas municipais de segurança cidadã ou segurança pública, com o intuito de destacar a importância dos municípios ou do poder local no impulsionamento de políticas de prevenção do crime e da violência.

No governo Lula, a ideia de prevenção acoplada a defesa de uma cultura também esteve presente nos seus projetos relacionados a segurança, sendo criada em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o qual articula políticas de segurança com ações sociais priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam a violência sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública, como colocado pelo portal digital do ministério da Justiça. A partir do (Pronasci), foram criados projetos semelhantes de inclusão social, tanto no âmbito estadual, quanto municipal em vários estados do País.

Quando se investiga à Segurança Pública nas regiões Norte e Nordeste do país, é observado o revezamento de ambas, como sendo as mais violentas do Brasil, nessa década. Todavia, no Atlas da Violência de 2019, o estado do Piauí se destaca como o estado menos violento da região nordeste. Assim, de acordo com informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública, “O número de homicídios caiu em 45,74% no estado nos últimos cinco anos (2014 a 2019), ao mesmo tempo que na capital Teresinense, ocorreu aumento de 5,35% em relação a 2018” de acordo como relatório de criminalidade do Piauí 2019.

Por conta disso, utilizando da autonomia dos municípios na criação de projetos e programas de segurança,- decorrente da falta de um plano estadual de segurança em vigor, na capital Teresina- a secretária municipal de cidadania, Assistência Social e políticas integradas, (SEMCASPI), foi criada para ser um órgão do poder executivo do município, que possui responsabilidade legal pelo planejamento, coordenação e execução da política de assistência social, a qual possui sua fundamentação amparada pela Lei Federal 8.742/93 LOAS, além de desempenhar atividades voltadas a políticas integradas do município, exercidos pela guarda municipal, defesa civil de Teresina, além da Gerência de Direitos Humanos. (SEMCASPI, 2017)

Dessa forma, em 2018 foi lançado na capital do estado, no governo do prefeito Firmino Filho, por meio da secretaria municipal de Cidadania, assistência social e políticas Integradas (SEMCASPI), o programa de segurança integrada. Sendo o mesmo definido como:

(...) uma ação para criar e fortalecer a política de segurança municipal (...) como uma resposta concreta no combate a violência pelo município, principalmente através de ações articuladas em duas frentes de atuação: uma preventiva e outra de PROTEÇÃO com ações articuladas em duas frentes de atuação: uma preventiva que aborda dois níveis de PREVENÇÃO - Primária e Secundária e outra de PROTEÇÃO com ações articuladas nas três instâncias - Municipal, Estadual e Federal (Programa Vila Bairro Segurança, s/d, p.4).

Com isso, o cerne do programa se acentua no enfrentamento à violência, tendo a prevenção como primordial. Desse modo, como é colocado pela Olívia Cristina Perez e Lila Cristina Xavier, tem se desenvolvido um tipo de “prevenção” com “ações integradas”, que possuem como objetivo fazer a identificação de fatores de risco e fortalecimento dos fatores proativos, através do desenvolvimento de seis projetos articulados entre secretarias do Município. Os projetos direcionados à proteção, no caso é o “Blitz Sufoco”, que trabalha com a remoção de carros irregulares ou a partir de denúncias e operações para realizar a apreensão de veículos e motocicletas roubadas. Além do projeto “Teresina Protege”, o mesmo foi elaborado pela Divisão de Políticas Integradas da (SEMCASPI) e teve apoio da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) e da Empresa Teresinense de Processamento de Dados (Prodater). Outra informação, seria que ambos os projetos trabalham ainda com ações de controle a motoristas embriagados, desarmamento, além da coibição a venda de bebidas alcoólicas a menores de idade.

Além disso, o projeto ainda conta com às ações preventivas, que como é colocado por Paulo Mesquita Neto, “são baseadas em ações orientadas para a redução da incidência e da reincidência de crimes e violência e para a minimização de danos”. Dentro do programa, às ações preventivas, ficam a cargo de serem realizadas nas escolas municipais, como é o caso do e “Educando para prevenir”. Esse projeto, como é colocado pelo site oficial da prefeitura, teria como principal objetivo prevenir o uso de drogas, entre às crianças e os adolescentes, através de atividades escolares e palestras ministradas na instituição de ensino.

Às ações direcionadas do Programa, ocorrem nos 13 bairros que contemplam o Programa Lagoas do Norte (PLN), sendo eles os bairros: Acarapé, Aeroporto, Porto Alegre, Itaperu, Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Parque Alvorada, Poti Velho, São Joaquim e Vila São Francisco, que compreendem ao todo uma população de 92. 016 habitantes. Entretanto, mesmo partindo de uma secretária de políticas integradas, ambos os projetos possuem a Guarda Civil Municipal (GCM), que é responsável pela parte operacional em parceria com a Polícia Militar através dos projetos. A partir desse fato, é possível observar, que o atual secretário da Assistência Social do Município, foi delegado e depois vereador, o que já demonstra um direcionamento para a política de assistência social como problema de segurança. Esse fato acaba sendo um problema dentro do programa, por conta da falta de atividades preparatória e de capacitação, da Guarda Municipal (GCM) e da Polícia Militar, para atuar de forma participativa e menos agressiva, como se exigiria a proposta do projeto.

Desse modo fica evidente e tendência exposta por Almir de Oliveira e Joana Luiza (2016) de ser colocar policiais na frente das guardas, por um “assunto de polícia”, continuando por repetir o distanciamento. No site oficial, é possível perceber esse fato com mais clareza, a partir da notícia de convocação para avaliar o programa Vila Bairro segurança, no mês de novembro de 2019, que apresenta como:

Os avaliadores serão discutidos, divididos em três Grupos de Trabalho: cada um sendo reportagem por um eixo de diálogo, sendo eles: desenvolvimento urbano e qualidade de vida, abordando o uso de álcool e outras drogas nos espaços públicos e a requalificação dos mesmos; juventude e suas oportunidades, onde serão discutidas as perspectivas de violência da faixa etária, assim como sua inserção no mercado de trabalho; e cultura de paz e prevenção, segmento que deve tratar das articulações a serem direcionadas ao ambiente escolar. (SEMCASPI, 2019).

Percebe-se que nos eixos de discussão sobre as ações adotadas no programa, que vai desde às abordagens de prevenção nas escolas e a requalificação de jovens no mercado de trabalho, nenhuma se trata sobre avaliações da população frente o policiamento do programa e estas já são possíveis ocupações de policiais militares em sua folga nas rondas, não é uma nova atribuição criada para a guarda. Além disso, ainda é preciso salientar o fato de que:

Além do aperfeiçoamento da coleta e análise de dados, sobre criminalidade e violência policial, a implantação do policiamento comunitário requer a descentralização e abertura da organização policial, um estilo de

gerenciamento mais participativo e a incorporação dos valores da democracia e dos direitos humanos na cultura profissional da polícia. (MESQUITA, 2014).

Como foi exposto, deveria ter ocorrido antes da implementação do projeto, o aperfeiçoamento dos profissionais de segurança a incorporação dos direitos humanos como ensinamento primordial para se iniciar a integração das políticas de segurança.

3 A SELETIVIDADE PRESENTE NO PROGRAMA TERESINA PROTEGE

A região conhecida como Lagoas do Norte, a qual o Programa Vila Bairro Segurança desenvolve suas ações, se localiza na zona norte de Teresina. Em 2007, a Prefeitura Municipal de Teresina iniciou um projeto de revitalização urbana na região, que se constitui em uma área de reserva ambiental. O projeto envolve uma região de 13 bairros da zona norte de Teresina e atinge diretamente uma população de 92.000 pessoas. Ainda na primeira fase foi firmado o Acordo de Empréstimo (Nº7523/BR-2008) com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, doravante BIRD, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Dos R\$70.000.000,00 (setenta milhões) representam financiamento do BIRD e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) constituem investimentos da Prefeitura e do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (SEMPPLAN, 2014, p.10-11)

Por conta da ocupação desordenada, essa região é marcada por problemas socioambientais. Essa situação se agrava em épocas chuvosas, onde o extravasamento dos leitos dos rios Parnaíba e Poti provocam inundações das lagoas e graves problemas para os moradores das adjacências, que são formadas principalmente por famílias que possuem uma renda média menor que três salários-mínimos. Em detrimento dos problemas ambientais e pela carência de estrutura, principalmente por ser uma área periférica da cidade, essa região é considerada insalubre, degradada ambientalmente e pobre.

Dessa forma, por conta da desigualdade social e socioespacial², além do estado de vulnerabilidade que se encontra seus moradores, a Zona Norte de Teresina é uma

² A rigor, os processos de segregação socioespacial na cidade estão estreitamente relacionados com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas e que tiveram menos meios de resistir àquilo que se pode denominar de diáspora da classe trabalhadora. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento

das regiões da capital com altos índices de criminalidade. De acordo com a Secretária de Segurança Pública do Estado do Piauí, em 2018, a Zona Norte era a região que mais apresentou casos de crimes violentos, possuindo ao todo 6 bairros como o epicentro da problemática. Todavia, a partir de análises feitas no site oficial do (SEMPCASPI), e em reportagens que expõem às ações, é possível observar discrepâncias em relação a ações adotadas pelos agentes de segurança pública, na população negra e pobre da região. Por ser um programa adotado dentro de uma região periférica e com a proposta de ser construído com a participação da população da região, a noção de “segurança cidadã”, caracterizada “pela transparência, participação social, subordinação à lei e respeito aos direitos humanos” (MESQUITA, p.6. 2006), é confrontada com às abordagens truculentas realizada pela guarda civil e polícia militar na região abordada pelo programa na população periférica, que não vai de encontro ao que seria necessário para se caracterizar uma política de segurança cidadã.

Além disso, com a função teórica voltada ao policiamento comunitário, o programa Segurança Vila Bairro, seria usado pela secretária com o intuito de proteger tanto o patrimônio público quanto a assistência de segurança da comunidade. Assim, como é possível observar através de informações apresentados pelos programas de divulgação do projeto, são realizados com a presença de Organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais, plenárias com o secretário destinado aos programas de segurança presente no projeto, com o intuito de ser debatido às benfeitorias e possíveis mudanças para a melhora do projeto.

Todavia, a inserção de um policiamento comunitário como proposto pelo projeto dificilmente funcionará enquanto presente em um espaço que possui um alto grau de desigualdade econômica e social, fato presente nos 13 bairros da zona norte que pertencem a região beneficiadas pelo projeto. Isso ocorre principalmente por conta de parte da Zona Leste de Teresina, que foi projetada com o intuito de ser uma área nobre da cidade, ter uma grande proximidade com a Zona Norte da cidade, que a partir da expansão da região mais valorizada, acabou recebendo aos poucos uma estrutura mais planejada, porém voltada para o novo público.

populacional nas áreas centrais (bem servidas por infra-estrutura) e à redistribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário (HUGHES, 2003).

Dessa forma, mesmo que ocorra a participação popular, neste caso, é preciso analisar a fundo qual parte da população está fazendo parte desta inclusão, pois dentro dessas condições, pode ocorrer uma aproximação da polícia nos grupos com maior poder aquisitivo, causando o distanciamento dos grupos menos favorecidos da sociedade, “beneficiando mais os primeiros do que os últimos”. (MESQUITA, 1998. P, 4)

Um dos casos que mais simbolizam a situação, se constrói a partir das diversas abordagens truculentas sofridas por jovens periféricos na Casa do Hip Hop, localizado na zona Sul de Teresina. Assim através de uma reportagem realizada pelo canal de notícias virtual, “Entre Culturas”, será exposto o trecho de uma entrevista feita por uma das testemunhas que já presenciaram o ato, dizendo: “Eles chegaram armados, apontando armas para mulheres com crianças nos braços. O que é isso? Chegaram alegando que era denúncia de moradores próximos, dizendo que ali estava ocorrendo uso de drogas”, afirmou a entrevistada anonimamente. Além disso, é possível observar outras ações truculentas realizadas pelo policiamento dos projetos, nas próprias mídias virtuais e televisivas, que fazem a divulgação das abordagens realizadas pela polícia.

Essa problemática acaba sendo antiga pois a passagem entre o governo autoritarista e o sistema democrático, ocorreram mudanças e ajustes intrínsecos nas instituições públicas, todavia, como colocado por Luiz Eduardo Soares, mas a polícia acabou sendo esquecida. Por esse motivo, ainda de acordo com o autor, a ausência desses reajustes levou à reprodução inercial de seus hábitos atávicos: “a violência arbitrária contra excluídos (particularmente pobres e negros), a tortura, a chantagem, a extorsão, a humilhação cotidiana e a ineficiência no combate ao crime, sobretudo se os criminosos pertencem a altos escalões”, (SOARES, 2003) contudo, não se deve anular a presença de policiais honesto e cumpridores dos seus deveres.

Deste modo, às questões ligadas à segurança pública tem se construído como uma problemática corriqueira no campo político, principalmente por conta das questões envoltas a violência e criminalidade serem construídas a partir do embate de interesses da vida social (SANTOS; GONTIJO; AMARAL, 2015)

Dessa forma, como é colocado pela Lila Cristina Perez e Olívia Cristina Xavier, são explícitas às ações realizadas de criminalização da pobreza, sendo o mesmo abordado desde metade do século passado como inaceitável no âmbito da Assistência Social e do Serviço Social brasileiro.

4 CONCLUSÃO

A partir da investigação em torno do Programa Vila Bairro Segurança, através de dois dos seus projetos, sendo eles o Teresina Protege e o Blitz Sufoco, foram possíveis observar as discrepâncias em torno do que se constitui a teoria e a prática de um projeto de segurança pública participativo. Em um primeiro momento, por não ocorrer diálogos constantes com a população a respeito do posicionamento adotado pelo policiamento na região. Todavia, por mais que ocorra em algumas ocasiões, eventos para se discutir o andamento do programa, sendo o mesmo aberto aos moradores não se problematiza a falta de preparo policial para agir em um programa que tenha um policiamento comunitário como viés.

Além disso, é preciso observar como às políticas de segurança integrada juntamente às políticas sociais, neste caso, não surtiu resultados positivos para a região, mesmo apresentando um grande número de apreensões. Isso se deve pela política adotada de "contar os mortos e os danos para avaliar o crescimento da violência", (ZALUAR, 2002), que contabiliza como aspectos positivos do programa a redução de roubos de veículos e apreensão de drogas, mas não leva em consideração às sequelas psicológicas da população vulnerável que sofre diretamente com às ações ligadas à abordagens policiais e divulgações de pessoas apreendidas durante a blitz.

Ainda dentro dessa perspectiva, vale ressaltar que a constante divulgação dos resultados perante as mídias de acesso populares, com uma perspectiva não voltada a informar, mas a autopromoção em torno do que está sendo realizado, concomitantemente conta com uma aprovação popular, que visualiza nesse projeto de polícia comunitária um ambiente mais aprazível que as delegacias tradicionais, mais distantes e com um olhar mais dogmático, desorganizada. Todavia, uma percepção mais cuidadosa em torno das modificações sofridas por estas, apontam que em vários aspectos do modelo convencional de delegacias não foi modificado e que não houve um incremento na resolução de crimes (NASCIMENTO; AZEVEDO, 2006)

Além disso, deve-se observar a seletividade presente nas abordagens realizadas nos bairros mais pobres da região Norte. Com o efeito do processo de Gentrificação³, que consiste em proporcionar melhorias nos bairros visando a população que possui um maior poder aquisitivo, de acordo com o Paulo Mesquita Nunes, pode ocorrer do policiamento comunitário aproximar a polícia dos grupos que possuem um maior poder aquisitivo e afastar o policiamento dos grupos menos poderosos da cidade. Isso pode ocorrer por meio de denúncias não averiguadas ou seletivamente suscetível a punição.

REFERÊNCIAS

Atlas da Violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

HUGHES, P.J.A. **Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo.** 2003. Dissertação (Doutorado) – PUC, São Paulo, dez. 2003.

Lagoas do Norte para quem. LABCIDADE, 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2019/11/carta-Raquel-Rolnik>.

LUZ, L. C. X. JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS EM TERESINA. **Revista Eletrônica Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, p. 1 - 19, 15 dez. 2014.

MESQUITA NETO, P. **Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006 (Cadernos Análises e Proostas).

MESQUITA NETO, P. La policía comunitaria em São Paulo: problemas de implementación y consolidación. In: Fruhling, Hugo. (Org.). **Calles Más Seguras: Estudios de policía comunitaria em América Latina.** Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2004.

REGO, NATASHA KARERINA. **Projeto Lagoas do Norte e o Reassentamento involuntário.** Jus, São Paulo, 11 de 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44576/projeto-lagoas-do-norte-e-o-reassentamento-involuntario>.

RUTH GLASS (1912-1990) em London: **Aspects of Change** (1964).

³ O termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os “gentrificadores” (gentrifiers) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características- arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação ao custo em relação a outros bairros(...)

SANTOS, IRIS GOMES DOS; GONTIJO, JOSÉ GERALDO LEANDRO AND AMARAL, ERNESTO F. L. **A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010).**

SOARES, LUIZ EDUARDO. A Política Nacional de Segurança Pública. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 77-97, 2007.

OLIVEIRA JÚNIOR, ALMIR DE; ALENCAR, J. Novas polícias? Guardas municipais, isomorfismo institucional e participação no campo da segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, p. 22-32, 2016.

Zaluar, Alba. Paradoxos da democratização no Brasil. E-Premissas: **Revista de Estudos Estratégicos** (UNICAMP), v. 2, p. 01-24, 2007.

<https://www.portalodia.com/noticias/policia/em-teresina,-homicidios-reduziram-quase-pela-metade-em-cinco-anos-373300>.

<https://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoas-do-norte>.

<https://semcaspi.teresina.pi.gov.br/a-secretaria/>.